

Resolução nº 4/2004**de 8 de Março**

A Lei n.º 15/V/96, de 11 de Novembro, que aprova as Bases Gerais do Sistema Estatístico Nacional, no seu artigo 24.º, atribui a qualidade de órgão produtor de estatística sectorial ao serviço central de estudos e planeamento do departamento ministerial da Agricultura.

Por seu turno, a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, aprovada pelo Decreto Lei n.º 8/2002, de 25 de Fevereiro, dispõe, no seu artigo 7.º, que incumbe ao Gabinete de Estudos e Planeamento deste departamento governamental, com relação à área de estatísticas sectoriais, organizar o censo agrícola.

Considerando que o último censo agrícola foi realizado em 1988, e que em 1998 um novo censo agrícola deveria ser realizado, o que, entretanto, não sucedeu por razões de ordem financeira;

Considerando as profundas transformações ocorridas no sector agrícola, particularmente nos subsectores de avicultura e de regadio, sobre os quais não existem informações quantificadas e qualificadas;

Considerando que as necessidades de uma população em forte crescimento e cada vez mais urbana e o aumento da produção e produtividade agrícola, revelam a importância da integração dos desafios de luta contra pobreza, de segurança alimentar e da gestão racional dos recursos naturais na estratégia do desenvolvimento rural;

Reconhecendo que a realização do Recenseamento Geral Agrícola fornecerá não só dados actuais e completos do panorama agrícola nacional, como também fará um inventário dos recursos em homens, terreno, gado e outros meios de produção no sector, na medida em que os dados actualizados permitirão fazer uma avaliação do impacto das acções de desenvolvimento até então executadas e auxiliar as futuras;

Uma vez que o Recenseamento Geral da Agricultura é a maior operação estatística nacional no sector agrícola, torna-se necessário a realização de estudos actuais para a sua implementação;

Assim,

N.º 10/2004, 8 de Março de 2004.

Assinado

Artigo 1º

Realização

1. É fixado o ano de 2004 para a realização do Recenseamento Geral da Agricultura de Cabo Verde, designado abreviadamente RGA2004.

2. As estruturas responsáveis para execução são o Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas e o Instituto Nacional de Estatística.

3. O período de observação será fixado pelo Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas sob proposta da Comissão de Recenseamento Geral da Agricultura e divulgado através dos órgãos de comunicação social.

Artigo 2º

Exclusividade

1. No período de 3 de Maio a 31 de Agosto de 2004, não poderá ocorrer, no terreno, nenhum inquérito estatístico oficial, especialmente dirigido às pessoas individuais ou às famílias, para além da RGA2004 e do Segundo Inquérito Demográfico de Saúde Reprodutiva, designado abreviadamente IDSR - II.

2. O Instituto Nacional de Estatísticas e os serviços sectoriais de estatísticas do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas articular-se-ão na realização das referidas operações.

Artigo 3º

Acompanhamento

O Conselho Nacional de Estatística (CNEST) enquanto órgão do Estado que superiormente, orienta e coordena o Sistema Estatístico Nacional (SEN), acompanhará a realização do RGA2004 através do órgão que vier a ser criado para o efeito.

Artigo 4º

Estrutura organizativa

1. É criada, a nível central, uma estrutura técnica de execução do recenseamento geral da agricultura, designada por Comissão de Recenseamento Geral da Agricultura, a qual é integrada por representantes do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, da Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP), da Direcção de Serviço de Segurança Alimentar (DSSA), do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA) e do Instituto Nacional de Estatística (INE).

2. A Comissão do Recenseamento Agrícola terá a seguinte estrutura:

a) uma célula para planificação e concepção, tratamento e análise, publicação e divulgação de resultados;

técnicos do serviço de estatísticas do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, das direcções de serviços da DGASP, DSSA, INIDA e INE, assim como pela assistência técnica externa. A presente célula trabalhará em equipas técnicas a seguir indicadas, denominadas núcleos, que articularão entre si:

- Núcleo de planificação e concepção metodológica;
- Núcleo de tratamento e análise;
- Núcleo de publicação e divulgação;

b) Uma célula de sensibilização integrada por técnicos do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas e do serviço de comunicação da Direcção de Serviço de Extensão Rural;

c) O núcleo Administrativo será a estrutura de apoio e é assegurado pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas.

3. São criadas, a nível local, junto das Delegações do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, células do Recenseamento Geral da Agricultura, integradas pelo Delegado desse Ministério, que será o coordenador, por supervisores locais, representantes designados pelos municípios, e representantes dos departamentos governamental responsáveis pelas áreas da Educação e da Saúde, e ainda por representantes das associações de desenvolvimento comunitário e agro-pecuárias e das ONG's.

Artigo 5º

Sensibilização

O RGA2004 deverá ser objecto de uma ampla e aprofundada difusão junto do público alvo.

Artigo 6º

Colaboração

1. Os serviços desconcentrados do Estado deverão prestar ao Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas e ao Instituto Nacional de Estatísticas todo o apoio logístico necessário de que estes venham a carecer, designadamente em recursos humanos e infra-estrutural, no quadro da realização do RGA2004.

2. A colaboração será solicitada directamente pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas aos serviços referidos no número anterior.

Artigo 7º

Entrada em vigor

Esta Resolução entra em vigor no dia da sua publicação.